



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Alto São Francisco, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : FLAVIO JOSE DE ABREU DAVID

CNPJ/CPF : 253.673.236-34

Empreendimento : FLAVIO JOSE DE ABREU DAVID - GRANJA POR DO SOL 2

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Rua Frei Lourenço número/km 501 Bairro São Francisco CEP 35661-170 Pará de Minas - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Martinho Campos (LAT) -19.459, (LONG) -45.0081

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 4

Modalidade de licenciamento : LAC2

Processo Administrativo Licenciamento : 2242/2025

Motivo da decisão:

Na condição de autoridade ambiental prevista no Decreto Estadual n. 48.707, de 2023, acolho integralmente o Parecer Único n. SLA 2242/2025 (Parecer nº 9/FEAM/URA ASF - CAT/2026 - 143352086), adotando seus fundamentos como razão de decidir, para indeferir o pedido de Licença Ambiental Concomitante (LAC2), na fase de Licença de Operação Corretiva (LOC), e, consequentemente, indeferir o pedido de Autorização para Intervenção Ambiental vinculado ao processo SEI n. 2090.01.0001245/2024-12. Determino, ainda, o arquivamento das Portarias de Outorga n. 1200895/2024, n. 1200919/2024 e n. 1200873/2024, nos termos da fundamentação constante do parecer.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Divinópolis, 30/06/2026.

Documento assinado eletronicamente por RESSILIANE RIBEIRO PRATA ALONSO, Chefe da Unidade, em 30/06/2026 19:05 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.